



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1300/2025
(à MPV 1300/2025)

Suprima-se o § 12 do art. 4º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, como proposto pelo art. 4º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

O texto proposto pela Medida Provisória nº 1300/2025 afronta, diretamente, a presunção de inocência constante no inciso LVII, do Art. 5º da Constituição Federal, pois prevê que, primeiramente, será responsabilizado o administrador que infringir normas legais para, subsidiariamente, responsabilizar as sociedades que aquele administrador representa.

Contudo, pela proteção dada à personalidade jurídica das sociedades personificadas, nos termos do Art. 49 do Código Civil Brasileiro, primeiro deve-se responsabilizar as sociedades que, de fato, praticam os atos jurídicos e, apenas excepcionalmente e desde que comprovado, responsabiliza-se os seus administradores e funcionários.

A quebra do corolário da proteção dada pela personalidade jurídica pode afugentar investimentos no setor, uma vez que a proteção da personalidade jurídica é base de investimentos no mundo inteiro, desde a criação do conceito jurídico em meados dos anos de 1600, com a fundação da Companhia da Índias Orientais.

Adicionalmente, o texto proposto extrapola as condições de desconsideração da personalidade jurídica previstas no Art. 50 do Código Civil



Brasileiro, trazendo um enorme risco às pessoas físicas que representem agentes do setor de energia.

Sala da comissão, 27 de maio de 2025.

Deputado Reinhold Stephanes
(PSD - PR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259524216600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reinhold Stephanes

